

Governador paga dívida de 89

Pública

O presidente José Sarney salu derrotado na tentativa de obrigar os governadores dos Estados mais endividados — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná — a pagar 25 por cento do total de suas dívida em 1989. Eles deverão pagar somente 25 por cento da dívida a vencer no próximo ano e financiarão 100 por cento do principal, que está acumulado desde 1983, segundo declararam os governadores de Minas Gerais e São Paulo, Newton Cardoso e Orestes Quêrcia, depois de 10 horas de reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães. Ambos destacaram que o Presidente aceitou a contraproposta que fizeram, apesar das resistências dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu. Os demais Estados aceitaram a proposta do Palácio do Planalto de um desconto padronizado

de 300 milhões de dólares, incidindo a cobrança de 20 por cento sobre o restante da dívida.

Por exemplo: quem deve até 300 milhões não desembolsará nada, poderá rolar integralmente o débito. A quem deve 500 milhões de dólares, deduzem-se 300 milhões de dólares, e sobre os 200 milhões restantes a pagar aplicam-se 20 por cento. O devedor de 500 milhões de dólares, dessa forma, pagará somente 40 milhões de dólares. E assim por diante. Ocorreria um efeito cascata correspondente ao critério segundo o qual paga mais quem deve mais. A proposta do Planalto fixou que quem deve até 300 milhões rolaria 100 por cento; de 500 a 1 milhão de dólares, financiam-se 90 por cento e pagam-se 20 por cento; e acima de 1 milhão de dólares o Estado devedor pagará 20 por cento, financiando os 80 por cento restantes.

A proposta inicial do Governo, que exigia o pagamento de 25 por cento de todos os Estados sobre a dívida a vencer em 1989, lhe garantiria uma arrecadação de Cz\$ 550 bilhões. A combinação da proposta do presidente Sarney do efeito cascata somada à proposta dos governadores dos Estados mais endividados de pagarem somente 10 por cento da dívida a vencer em 1989 permitirá ao Governo arrecadar somente Cz\$ 110 bilhões. Haverá, portanto, uma queda de receita de Cz\$ 440 bilhões, segundo admitiu o relator da comissão de orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Para compensá-lo, o Governo terá que cortar subsídios e incentivos fiscais. Durante toda a noite de ontem, a comissão de orçamento trabalhou para conciliar as propostas do Governo Federal e a dos governadores.